

Governo Federal reduz déficit primário em agosto de 2026

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- As contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram um déficit primário de R\$ 13,6 bilhões em agosto deste ano, conforme informado pelo Tesouro Nacional (Tabela 1). Este resultado superou as projeções do mercado financeiro, que esperava um cenário mais negativo para o período, além de representar um recuo real de 16,1% na comparação com o mesmo mês de 2025, quando as contas foram deficitárias em R\$ 15,5 bilhões. Já no acumulado de janeiro a agosto de 2026, o governo apresentou déficit primário de R\$ 94,9 bilhões, acima do observado no mesmo período do ano passado, de R\$ 85,9 bilhões, em valores correntes. Nos primeiros oito meses deste ano, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram, conjuntamente, superavitários em R\$ 182,2 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 277,0 bilhões (Tabela 1).
- Esse resultado de agosto foi influenciado pelo crescimento das receitas, que evoluíram em ritmo superior à expansão dos gastos. De fato, a receita líquida registrou um aumento real de 3,5%, na comparação com agosto de 2025 (Tabela 2), enquanto as despesas totais se expandiram em 1,9% (Tabela 3). O crescimento das receitas foi impulsionado pelas Receitas Administradas pela Receita Federal, que aumentaram 5,6% (+R\$ 7,6 bilhões), pela Arrecadação Líquida para Previdência, com expansão de 6,3% (+R\$ 3,9 bilhões) e pelas Receitas Não Administradas pelo Fisco, que avançaram 5,3% (+R\$ 1,6 bilhão) por conta de medidas voltadas para reduzir os impactos econômicos dos conflitos no Oriente Médio, com destaque para a subvenção à comercialização e à importação de óleo diesel de uso rodoviário e para o aporte ao Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).
- No acumulado de janeiro a agosto de 2025, a receita líquida do Governo Central registrou um avanço real de 5,7% (Tabela 1), significando uma elevação de R\$ 90 bilhões frente ao acumulado no mesmo período de 2025. Dentre as Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil, destacaram-se o aumento da arrecadação com o IOF, Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados. Do lado das despesas observou-se um aumento de 5,7%, em termos reais, dos gastos primários do Governo Central, relativamente ao período de janeiro-agosto do ano passado. As principais variações foram nas categorias de Benefícios Previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais, Créditos Extraordinários e Despesas Discricionárias, notadamente nas áreas de Saúde e Educação.
- No acumulado de 12 meses, até agosto, o déficit primário do Governo Central soma R\$ 68,7 bilhões, o equivalente a 0,53% do Produto Interno Bruto (PIB). As despesas obrigatórias somam 17,34% do PIB, e as discricionárias, 1,84%. A meta fiscal de 2026 é de superávit primário de 0,25% do PIB, com tolerância de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos.
- Com relação ao setor público consolidado, o resultado primário foi deficitário em R\$ 10,012 bilhões em agosto deste ano (Tabela 4), bem abaixo do registrado em agosto do ano passado (R\$ 17,255 bilhões). O resultado desse mês refletiu um déficit do Governo Central de R\$ 14,687 bilhões e um superávit de R\$ 2,688 bilhões dos Estados e municípios. As estatais tiveram superávit de R\$ 1,987 bilhão. Em 12 meses até agosto, por sua vez, o déficit primário alcançou R\$ 82,077 bilhões, o equivalente a 0,62% do Produto Interno Bruto (PIB). Já o déficit nominal em 12 meses até agosto, por sua vez, alcançou R\$ 1,264 trilhão, o equivalente a 9,48% do PIB. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 82,9% do PIB (R\$ 11,1 trilhões), em agosto de 2026, aumentando 0,3 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

Comentário: Os dados divulgados pelo Tesouro Nacional revelam que o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou déficit primário de R\$ 13,6 bilhões em agosto de 2026, com uma queda de 16,1%, em termos reais, ante agosto de 2025. No acumulado de janeiro a agosto, o déficit atingiu R\$ 94,9 bilhões, acima dos R\$ 85,9 bilhões de 2025. O Tesouro Nacional e Banco Central acumularam superávit conjunto de R\$ 182,2 bilhões, enquanto a Previdência Social apresentou déficit de R\$ 277 bilhões nos primeiros oito meses deste ano. Em agosto, a receita líquida cresceu 3,5% em termos reais, enquanto as despesas avançaram 1,9%. Em 12 meses até agosto, o déficit primário do Governo Central somou R\$ 68,7 bilhões, ou 0,53% do PIB. A meta fiscal de 2026 é de superávit primário de 0,25% do PIB, com tolerância de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos. O setor público consolidado apresentou déficit primário de R\$ 10 bilhões em agosto. Em 12 meses, os déficits primário e nominal desse setor atingiram 0,62% e 9,48% do PIB, respectivamente. A dívida bruta alcançou 82,9% do PIB, evidenciando a persistência dos desafios fiscais.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Agosto de 2026 (Milhões correntes)

Discriminação	Jan-Agosto		Variação (2026/2025)		Agosto		Variação (2026/2025)	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	1.887.248	2.081.628	10,3%	5,7%	219.614	241.961	10,2%	5,7%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	373.343	411.893	10,3%	5,7%	45.398	54.082	19,1%	14,3%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.513.906	1.669.735	10,3%	5,7%	174.216	187.878	7,8%	3,5%
4. DESPESA TOTAL	1.599.793	1.764.605	10,3%	5,7%	189.756	201.463	6,2%	1,9%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV. CENTRAL (3 - 4)	-85.888	-94.869	10,5%	7,1%	-15.540	-13.585	-12,6%	-16,1%
Tesouro Nacional	179.906	182.834	1,6%	-3,0%	3.536	5.078	43,6%	37,8%
Banco Central	-435	-684	57,2%	51,0%	-56	-57	2,0%	-2,1%
Previdência Social (RGPS)	-265.359	-277.020	4,4%	0,1%	-19.020	-18.606	-2,2%	-6,1%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,02%	-1,06%	-	-	-1,46%	-1,18%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional- STN

Tabela 2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Agosto-2025/2026 - Valores a preços de agosto/26 - IPCA – R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	AGOSTO		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	228.889,60	241.960,60	13.071,00	5,70%
Receita Administrada pela RFB	137.398,70	145.026,80	7.628,10	5,60%
Imposto de Importação	7.088,40	8.725,50	1.637,00	23,10%
IPI	7.858,10	9.452,90	1.594,90	20,30%
Imposto sobre a Renda	55.369,10	54.285,50	-1.083,60	-2,00%
IOF	8.948,80	8.998,80	50	0,60%
COFINS	35.440,00	37.381,80	1.941,80	5,50%
PIS/PASEP	9.666,30	9.763,60	97,3	1,00%
CSLL	9.066,00	9.655,80	589,8	6,50%
CIDE Combustíveis	359,6	338	-21,6	-6,00%
Outras Receitas Administradas pela RFB	3.602,40	6.424,80	2.822,40	78,30%
Incentivos Fiscais	0	0	0	
Arrecadação Líquida para o RGPS	62.032,10	65.920,90	3.888,80	6,30%
Receitas Não Administradas pela RFB	29.458,80	31.012,90	1.554,20	5,30%
Concessões e Permissões	277,9	112,1	-165,8	-59,70%
Dividendos e Participações	10.243,30	8.881,10	-1.362,20	-13,30%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.671,40	1.696,80	25,5	1,50%
Exploração de Recursos Naturais	8.636,90	11.498,50	2.861,60	33,10%
Receitas Próprias e de Convênios	1.738,20	1.670,20	-68	-3,90%
Contribuição do Salário Educação	2.789,80	3.252,20	462,4	16,60%
Demais Receitas	4.101,40	3.899,50	-201,9	-4,90%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	47.315,50	54.082,30	6.766,90	14,30%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	181.574,20	187.878,30	6.304,10	3,50%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional- STN

Tabela 3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Agosto-2025/2026 - Valores a preços de agosto/26 - IPCA – R\$ milhões

Discriminação	Agosto		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	197.770,7	201.463,2	3.692,5	1,9%
Benefícios Previdenciários	81.855,6	84.526,9	2.671,3	3,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.529,0	2.297,9	-231,1	-9,1%
Pessoal e Encargos Sociais	33.199,5	31.974,5	-1.225,0	-3,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.274,0	263,9	-1.010,1	-79,3%
Outras Despesas Obrigatórias	30.823,2	39.760,4	8.937,2	29,0%
Abono e Seguro Desemprego	8.793,7	11.147,5	2.353,8	26,8%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	7,9	4,7	-3,2	-40,9%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	11.358,7	11.456,0	97,4	0,9%
Créditos Extraordinários	714,9	2.047,6	1.332,7	186,4%
Fundeb - Complementação da União	4.905,5	5.543,0	637,5	13,0%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.548,7	1.603,1	54,4	3,5%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	346,1	332,0	-14,1	-4,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	742,8	535,9	-207,0	-27,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	1.424,4	1.208,4	-215,9	-15,2%
Impacto Primário do FIES	209,4	184,0	-25,4	-12,1%
Demais	771,1	5.698,2	4.927,0	-
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	51.892,4	45.201,3	-6.691,0	-12,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	32.059,4	30.935,7	-1.123,7	-3,5%
Discricionárias	19.833,0	14.265,6	-5.567,3	-28,1%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional- STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Agosto/2026 - R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO-AGOSTO				FLUXOS MENSAIS		
	2025	% do PIB	2026	% do PIB	Junho	Julho	Agosto
Nominal	661 729	7,89	863 397	9,60	165 966	97 602	115 946
Governo Central(1)	614 903	7,33	811 489	9,03	147 688	81 842	117 568
Governos estaduais	34 237	0,41	41 362	0,46	16 913	11 486	- 445
Governos municipais	1 310	0,02	- 2 267	-0,03	- 707	2 555	320
Empresas estatais(2)	11 279	0,13	12 812	0,14	2 072	1 719	- 1 498
Juros nominais	599 937	7,15	774 550	8,62	110 653	98 963	105 934
Governo Central(1)	530 285	6,32	714 403	7,95	100 452	92 817	102 881
Governos estaduais	60 238	0,72	48 482	0,54	8 723	4 607	1 691
Governos municipais	6 426	0,08	6 860	0,08	873	933	873
Empresas estatais(2)	2 988	0,04	4 805	0,05	604	607	489
Primário	61 792	0,74	88 847	0,99	55 313	- 1 361	10 012
Governo Central	84 618	1,01	97 087	1,08	47 236	- 10 975	14 687
Governos estaduais	- 26 001	-0,31	- 7 120	-0,08	8 189	6 880	- 2 135
Governos municipais	- 5 117	-0,06	- 9 127	-0,10	- 1 581	1 623	- 553
Empresas estatais(2)	8 291	0,10	8 007	0,09	1 468	1 112	- 1 987
PIB acumulado no ano*	8 385 288	-	8 989 175	-			

Fonte: BACEN

(1) Inclui INSS.

(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

* Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Liliane Cordeiro Barroso. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Biagio de Oliveira Mendes Junior, Kamilla Ribas Soares, Laura Lúcia Ramos Freire, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.